



Ato pela Paz reúne artistas, autoridades e 30 mil em SP



O ministro da Cultura, Gilberto Gil, canta durante a manifestação no Ibirapuera, ao lado do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e do presidente do PT, José Genoino

Por Cezar Xavier

Freqüentado aos domingos por cerca de 10 mil pessoas, o parque Ibirapuera, em São Paulo, foi invadido no último dia 30 por uma multidão de aproximadamente 30 mil pessoas, além de artistas e integrantes do primeiro escalão do governo brasileiro vestidos de branco para o Ato pela Paz.

O evento promovido pela Prefeitura de São Paulo e pelo PT teve como pontos mais emocionantes a manifestação entusiasmada da atriz Maria Fernanda Cândido e a música "A Paz" cantada pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil, enquanto foram soltas pombas brancas. Antes cantaram o grupo de rap 509E. A animação ficou por conta dos cantores Chico César e João Suplicy, a quem coube o encerramento musical do ato.

Entre as autoridades presentes estavam o presidente nacional do PT, José Genoino, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, e o sindicalista e membro do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico Luiz Marinho. Lideranças sindicais e militantes do PT, PCdoB, PL, PSB, PPS, PMDB e PDT também participaram da manifestação.

Além de Maria Fernanda Cândido, estiveram presentes os atores Cássio Scapin e Celso Frateschi, entre outros. Frateschi lembrou o ato contra a guerra realizado no dia 27, no Teatro Municipal, celebrando o dia Internacional do Teatro e do Circo.

Marta e Genoino usaram o microfone para condenar a atuação dos Estados Unidos

O MINISTRO DA CULTURA, GILBERTO GIL, CANTOU A MÚSICA "A PAZ" DURANTE A MANIFESTAÇÃO NO PARQUE DO IBIRAPUERA, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DO PRESIDENTE NACIONAL DO PT, JOSÉ GENOINO, E DA PREFEITA MARTA SUP LICY

e o governo de Saddam Hussein, classificado como ditador pela petista. Marta leu o "Manifesto de São Paulo contra a Guerra". Genoino, por sua vez, classificou a guerra como insana.

Papel da ONU

O presidente do PT afirmou que o ato foi uma mistura de política com arte porque "a música simboliza a luta pela paz". Genoino defendeu a convocação de uma reunião de chefes de Estado para re-discutir as convenções elaboradas pela ONU (Organização das Nações Unidas), prin-

cipalmente as conseqüências de guerras nas economias de países emergentes. Segundo ele, "um dos temas que deve ser debatido é a definição de um novo papel mundial da ONU".

Genoino demonstrou preocupação com os possíveis efeitos do conflito na economia brasileira. "Da nossa parte faremos de tudo para contornar eventuais conseqüências".

Marta lembrou ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem se manifestado de forma muito clara contra a guerra e pelo fim do conflito. "Ninguém tem simpatia pelo

ditador Saddam Hussein, mas somos absolutamente contra a desgraça que tem sido a guerra e condenamos veementemente o ataque armado sem autorização do Conselho de Segurança da ONU. Lamento a predominância da força bélica sobre a união daqueles que querem a paz", afirmou a prefeita.

Paz e repúdio

Gilberto Gil ressaltou a importância de manifestações como esta em São Paulo para espalhar a "música da paz" por todo o planeta e questionar a eficácia da guerra. "A

guerra traz problemas para todo o mundo e mobilizações em todas as partes do planeta dão força para o movimento", disse o ministro. "A tendência é de que esses atos acabem inclusive por aumentar o repúdio da guerra nos Estados Unidos".

Gil declarou que o ministério está engajado em descobrir meios de defender a paz e o fim imediato do conflito no Iraque. "O repúdio à guerra está no código genético dos brasileiros", afirmou.

"Na medida que a guerra continue com vítimas e violência programada contra os ira-

quianos, o apoio ao presidente tende a cair dentro dos EUA", disse Gil. "No resto do mundo, nem se fala. As pessoas vão estar cada vez mais envolvidas para que esta guerra chegue ao fim, porque a sociedade moderna é uma sociedade plugada com as transformações que o mundo vive", afirmou.

Durante sua apresentação, aberta com a canção "Esperando na Janela", o ministro entoou sua versão para a música "Three Little Birds", de Bob Marley. Gil encerrou com "Domingo no Parque".

Contradição

Chico César destacou o fato do governo brasileiro ter conseguido a integração com a população no que tange ao repúdio à guerra. O cantor e compositor criticou a contradição entre a vontade de alguns governos minoritários e sua população. "O governo brasileiro, como o francês e alemão, traz o povo mais perto do poder", disse.

Chico César avaliou positivamente o ato e apontou o fato do ato ter reunido tantas autoridades e artistas "de peso". O cantor considera a guerra no Iraque uma ameaça a outras nações do Oriente Médio. Ele qualificou a guerra de ilegal e ilegítima.

O Comitê São Paulo Contra a Guerra divulgou no ato um manifesto criticando a atuação das "tropas agressoras". No manifesto, o comitê ressaltou que a invasão do Iraque foi motivada por interesses financeiros nos poços de petróleo existentes naquele país. Segundo o comitê, "o que traz um pouco de conforto" é a realização constante de manifestações mundiais pela paz. "Essa consciência coletiva é o que nos move para continuar lutando", diz o manifesto.

Fotos: Cesar Ogata



Manifestantes seguram bandeiras e cartazes durante o Ato pela Paz no parque do Ibirapuera, em São Paulo

ENTREVISTA

Matilde coordena ações de ministérios contra racismo

SECRETÁRIA DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL COMENTA PLANOS PARA ESTE ANO

A nova secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, nomeada no último dia 21 de março, afirmou em entrevista ao **PT Notícias** que a sua pasta terá como principal função a coordenação das ações de todos os ministérios no combate ao racismo.

Para isso, a primeira iniciativa da secretária foi reunir-se com os demais ministros para apresentar suas propostas e definir ações conjuntas. Matilde avalia que, em quatro anos, não será possível realizar todas as tarefas necessárias para erradicar o racismo, mas que poderão ser adotadas medidas que venham a provocar mudanças significativas para a vida da população negra.

Segundo a secretária, que integrou a equipe de transição de governo, a gestão tucana chegou a criar iniciativas no que se refere ao combate ao racismo, mas as ações eram fragmentadas, descontinuadas e com recursos escassos.

Sua nomeação para um cargo que tem status de ministra é, de acordo com ela, uma vitória para o PT e para os movimentos da sociedade civil, que apoiaram integralmente sua indicação. "A promoção da igualdade racial depende de uma área coordenada do governo com toda a sociedade", afirmou.

Leia a seguir a entrevista concedida por e-mail:

Sua nomeação, uma sugestão do PT, obteve coesão inédita dos movimentos sociais, sindical e de mulheres de todo o país. A sra. considera que esta foi uma vitória do PT e dos movimentos da sociedade civil?

Sim, foi uma vitória! É muito importante que esta secretaria esteja em consonância com a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT e o conjunto do movimento anti-racismo no país. A promoção da igualdade racial depende de uma área coordenada do governo com toda a sociedade.

Durante a transição de governo, da qual a sra. participou, o que pôde perceber sobre os esforços realizados até então na questão do combate ao racismo?

O diagnóstico sobre a ação do governo Fernando



Matilde Ribeiro dá entrevista pouco antes da cerimônia em que tomou posse

Henrique Cardoso, no que se refere ao combate ao racismo, apontou a existência de diversas iniciativas. Porém eram fragmentadas, descontinuadas e com poucos recursos para sua realização.

A sra. considera que muito pouco foi feito sobre a questão do racismo no Brasil? Em caso positivo, quanto seria possível fazer em quatro anos, considerando que é necessário recuperar séculos de atraso?

O Estado brasileiro tem sido historicamente omissivo em relação ao racismo. Salvo em momentos em que houve uma ação contundente, como por exemplo na Constituição de 1988, a partir da qual o racismo passou a ser considerado crime imprescritível e inafiançável. Diante dessa realidade, quatro anos de governo serão insuficientes para erradicar o racismo, mas poderão ser adotadas medidas de promoção à igualdade racial que venham a provocar mudanças significativas para a vida da população negra.

Dá para avaliar que medidas poderão ser implantadas a partir do programa temático da campanha, que a sra. coordenou?

Tendo por base o programa "Brasil sem Racismo", que propõe eixos de ação (1.

Terra de Quilombos, 2. Trabalho, emprego e renda, 3. Saúde, 4. Educação, 5. Cultura e Comunicação, 6. Mulher, 7. Juventude, 8. Segurança, e 9. Relações Internacionais) e também as considerações feitas no período de transição, avalio que será preciso a realização de ações importantes e necessárias para a promoção da igualdade racial. As ações avançarão a depender da política de transversalização e ação conjunta entre os diferentes ministérios. A secretaria terá como principal papel a coordenação das ações de governo.

Quais são as questões prioritárias da sua gestão?

Será realizado em breve um planejamento das ações da secretaria para 2003. No momento estou dialogando com setores do governo e da sociedade civil para colher elementos para a definição de diretrizes e prioridades.

A sra. definiu com o presidente Lula que sua primeira atitude seria conversar com os demais ministros para aprofundar o tema do combate ao racismo. Como foram essas conversas? Como essas questões foram recebidas pelos ministros? Houve avanços?

Com os ministros, fizemos conversas de aproximação,

nas quais apresentamos a proposta da secretaria e definimos caminhos para uma ação conjunta. É necessário ainda um tempo para detalhamento desse trabalho.

Qual a posição de sua secretaria sobre a política de cotas?

Desde a campanha presidencial há um posicionamento favorável à política de cotas. No entanto, é necessário o aprofundamento dos debates no interior do governo e com a sociedade. Este é um tema polêmico e merece ser tratado com cautela.

O Brasil está preparado para a política de cotas? A Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) implantou a política pela primeira vez neste ano, com muita polêmica e ações judiciais de estudantes que tiveram notas superiores e foram preteridos por alunos negros. Qual a possibilidade de a política de cotas ser implantada no país durante o governo Lula?

O exemplo nos dá a medida de que é importante investir nos debates e na concretização de ações. À luz desta polêmica podemos tirar lições que servirão para análise do governo Lula. Creio ser possível adotar a medida em âmbito federal.

OPINIÃO

Pelo fim da guerra

Os Estados Unidos até podem ganhar a guerra, mas já perderam a batalha moral. As razões dessa derrocada são múltiplas. A principal talvez consista no fato de que a nação mais forte do mundo promove um ato brutal de agressão a uma outra nação muito mais fraca, sem nenhuma justificativa legítima. O que se vê reinstaurado hoje, no plano das relações entre as nações, é o bárbaro direito do mais forte.

Com o ataque ao Iraque, os Estados Unidos puseram por terra o direito internacional e desmoralizaram a ONU. Que credibilidade tem a ONU depois de ter patrocinado o desarmamento do Iraque e permitir que o país fosse atacado? Como pode se falar em direito internacional quando a vontade do mais forte agride outro país em nome de um ataque preventivo? A tese do "ataque preventivo" se funda no mais absurdo arbítrio e, na medida em que ela passa a vigorar, autoriza a instauração do reino da violência e da destruição da humanidade. Só se pode julgar um país ou uma pessoa por seus atos e ações. Seria rematada loucura, por exemplo, se as normas autorizassem que nós atacássemos nossos vizinhos na suposição de que algum dia eles nos vão assaltar. O mesmo ocorre com a tese do ataque preventivo.

Por outro lado, atacar o Iraque, promover uma destruição devastadora de bens públicos e privados, proporcionar a morte de muitos civis inocentes e de milhares de militares adversários em nome da derrubada de um governante, por se tratar de um ditador, expressa uma agressão ao consagrado direito de autonomia e soberania dos povos. Promover a pressão e utilizar armas pacíficas para forçar Saddam Hussein a se desarmar e a respeitar os direitos humanos é uma coisa bem diferente de usar a mais poderosa máquina de guerra para destruir e matar. Cabe aos iraquianos, em última instância, decidir que regime e que governante desejam. Nenhuma nação, nenhum povo, pode advogar o direito de decidir pelos outros.

É esta desrazão, praticada pelos Estados Unidos e seus aliados, que faz com que qualquer argumento que utilizem para justificar a guerra caia na vala da ilegitimidade. É por ter percebido o caráter injustificável e imoral dessa guerra que a maioria da opinião pública mundial se voltou contra ela. É tudo isso que faz com que o presidente de uma nação democrática, George W. Bush, seja mais repellido e odiado que um ditador como Saddam Hussein. Por estarem promovendo a violência para atingir fins obscuros e absurdos, os Estados Unidos e seus aliados perderam a condição moral de agir em nome de valores como a liberdade, a democracia e o direito.

Por mais que se invoque o nome de Deus para promover essa guerra, a face trágico-farsesca desse argumento consiste no fato lamentável de que, mesmo antes que a guerra acabe, se discuta a partilha, entre empresas norte-americanas, dos lucros da reconstrução do Iraque. Por ser uma guerra estúpida e sem sentido para a humanidade, numa era de globalização do mundo, ela já provoca uma série de contra-efeitos nos Estados Unidos, no Iraque e nos países árabes.

Nos Estados Unidos, país que irradiou a liberdade e a democracia desde o final do século 18, vê-se, hoje, sua mídia transformar um trágico e terrível acontecimento humano numa mera discussão sobre táticas de guerra. Trata-se de uma profunda desumanização, um culto ao cientificismo e à técnica de matar. No Iraque, o que se vê é um povo empobrecido e oprimido por um ditador apoiando o seu governo por repudiar a brutal agressão e invasão do seu território. Nos demais países árabes, a guerra fomenta o radicalismo e o ressentimento contra o Ocidente. Dessa forma, a guerra rechaça a possibilidade de que aqueles povos simpatizem com a democracia e aceitem um mundo multicultural e multicultural.

Com esta guerra, a democracia e a liberdade perdem nos Estados Unidos, perdem no Iraque e perdem nos países árabes. Talvez uma de suas maiores heranças seja o crescimento do ódio e do ressentimento. Os grupos islâmicos radicais poderão ver, cada vez mais, no terrorismo o único meio de se vingar do agressor mais poderoso do mundo. A guerra dissemina a crença de que as ferramentas da violência constituem os melhores meios para alcançar objetivos ou para se vingar dos outros. O terrorismo e a violência, como o sabemos, não representam saídas e são meios condenáveis.

Mas, por mais cruel e desalentadora que seja a guerra, não podemos deixar de alimentar uma chama de esperança. O fato é que milhões de pessoas estão protestando e indo às ruas para pedir a paz. A maioria da opinião pública mundial repudia a guerra. Esse pode ser um indicador de um avanço civilizatório da humanidade. A maior parte dos seres humanos parece estar dizendo que vivemos num tempo em que a guerra não é mais um meio aceitável para atingir objetivos de nações ou de governantes. Este sinal, esta esperança devem nos empurrar para as ruas para exigir o fim da guerra. Se instituições como a ONU desmorostraram, que se erga algo novo sobre o qual possa tremular a bandeira branca da paz.

José Genoio
é presidente nacional do PT
Publicado pelo jornal
O Estado de S. Paulo
em 29/3/2003

PT NOTÍCIAS

CUPOM DE assinatura

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito:
○ Visa ○ Mastercard ○ Diners
Número do cartão: _____
Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PT Notícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Genoio

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

EDIÇÃO

Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO

Claudio Cezar Xavier, Priscilla Lambert e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO

Anã Troccoli

FOTOS

Agência Brasil,

Presidência da República,

BID, Cezar Xavier e Cesar Ogata

SEDE

Rua Silveira Martins, 132,

São Paulo, SP, CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243-1313

Fax: (11) 3243-1349

E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares

Fotolitos e impressão:

GOVERNO LULA

Salário mínimo vai para R\$ 240

Ibope: 75% apóiam o governo

Pesquisa Ibope-CNI mostra que, após 90 dias da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 75% da população aprova a forma como o país está sendo administrado. E o índice de confiança no presidente atinge 80%.

Para o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), deputado federal Armando Monteiro Neto (PMDB-PE), os índices de aprovação de Lula são extraordinários. “A posição é muito boa. Tanto a avaliação do governo quanto a do presidente são extraordinárias. Ele tem fôlego consistente”, afirmou.

De acordo com o levantamento, apenas 13% desaprovam o governo e 12% não sabem ou não opinaram. O levantamento mostra que, em uma escala de 0 a 10, o governo Lula recebeu nota média de 6,8.

Se a eleição fosse hoje, 64% dos entrevistados disseram que votariam em Lula — o que daria a vitória a ele no primeiro turno. O petista teve no segundo turno com 61,27% dos votos válidos.

O Ibope ouviu 2.000 pessoas acima de 16 anos, entre 20 e 23 de março em 145 municípios em todo o país. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais.

A pesquisa comparou o início da atual administração com a de Fernando Henrique Cardoso. Para 49%, Lula está melhor que seu antecessor, enquanto que 35% avaliam como igual o desempenho dos dois e 8% acham que o atual governo está pior do que o de FHC.

Sobre quais devem ser as prioridades do governo, 48% dos entrevistados apontaram o combate ao desemprego. Em seguida, vem o combate à fome e à pobreza (34%), ações na área de saúde (27%), segurança e combate à violência (25%), educação (15%), combate à inflação (11%) e diminuição corrupção (8%).

Questionado sobre o pessimismo da população em relação aos índices econômicos verificados na pesquisa, Monteiro Neto afirmou que isso já era esperado porque os números da economia pioraram muito no final do governo FHC.



Ricardo Suckert/Presidência da República



José Cruz/ABR



Ricardo Suckert/Presidência da República

DENTRO E FORA DO CAMPO: Lula pilota colheitadeira em assentamento no MS que considerou modelo para a reforma agrária, joga bola com ministros no Palácio do Jaburu, do vice Alencar, e participa de evento na Federação do Comércio, em SP

PRESIDENTE ANUNCIA REAJUSTE ACIMA DA INFLAÇÃO DURANTE ENCONTRO COM SINDICALISTAS EM BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que o novo salário mínimo, que valerá a partir de 1º de abril, será corrigido de R\$ 200 para R\$ 240 — uma variação de 20%. Levando em conta a projeção da inflação entre 31 de março de 2002 e 1º de abril de 2003, o novo mínimo representa um ganho real de 1,85%.

Segundo André Singer, porta-voz da Presidência, Lula afirmou que as limitações orçamentárias não permitiriam um aumento maior. O presidente assegurou, no entanto, que cumprirá sua promessa de dobrar o poder aquisitivo do salário mínimo em quatro anos, informou o porta-voz.

Singer informou que o aumento do mínimo terá um impacto de R\$ 1 bilhão sobre as contas da Previdência. Estudos do Ministério da Fazenda, conforme afirmou, garantiram que o aumento é sustentável.

Lula anunciou o aumento do salário mínimo durante encontro com líderes sindicais, no Palácio do Planalto. O presidente garantiu aos dirigentes que os sindicatos e a sociedade em geral serão ouvidos na confecção do orçamento, bem como no Programa Plurianual (PPA) do governo.

Aprovação

O novo valor do mínimo agradou aos principais líderes sindicais que compareceram ao encontro. Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ressaltou que o valor supera a inflação em 2002 e elogiou também o fato de Lula se comprometer a dobrar o valor até o fim do seu mandato.

“Mais importante do que falar no valor agora do salário mínimo é reafirmar a intenção

que ele assumiu na campanha, de dobrar o valor real do salário mínimo em quatro anos”, disse Marinho, que também preside o Consea (Conselho de Segurança Alimentar).

Para Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical, o aumento não satisfaz completamente os trabalhadores, mas é o possível no momento. “É razoável, porque tem alguma coisa de aumento real. Não é um grande número, mas ele se comprometeu a dobrar o salário mínimo. Nós saímos razoavelmente satisfeitos.”

O pagamento do novo valor será feito a partir de maio para aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Segundo a Previdência, dos 21 milhões de beneficiários do INSS, 14 milhões recebem valor equivalente ao mínimo.

Alteração da data

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto que altera a data do reajuste do salário mínimo, hoje em 1º de abril, voltando à data que vigorava anteriormente, 1º de maio. Segundo a proposta, a partir de 2004 o reajuste será em 1º de maio, conforme o Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A proposição de Paim também unifica a data-base do reajuste do salário mínimo com a dos benefícios da Previdência pagos a aposentados e pensionistas. Segundo a *Agência Senado*, Paim também propôs no projeto que o valor da hora de trabalho paga pelo salário mínimo seja R\$ 0,20. O objetivo, segundo disse, é aproximar o valor do salário mínimo a US\$ 100 (cerca de R\$ 330).

Orçamento impõe valor

Deputados petistas ouvidos pela *Agência Informes*, da bancada na Câmara, reconhecem que o valor definido para o salário mínimo, de R\$ 240, é pequeno, mas é o possível diante da conjuntura econômica brasileira e do quadro de incerteza internacional.

O deputado Vicentinho (PT-SP), presidente da comissão especial da reforma trabalhista, disse que está confiante que o governo vai encontrar formas de recuperar o poder de compra do salário mínimo até 2006.

“Desde quando eu era presidente da CUT [Central Única dos Trabalhadores], dizia que mais do que discutir um valor imediato, era importante discutir formas de recuperar o poder de compra dos salários, e a nossa expectativa é que o governo faça isso a partir de agora”, afirmou.

Aumento real

O valor só não é maior porque a situação não permite, notou o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). O reajuste de 20%, salientou, representa um aumento real de 1,85%, maior que o aumento concedido no ano passado, de 1,4%. “Isso reforça a esperança de que, mesmo com as limitações, o governo começa a fazer um esforço de distri-

buir renda; e é uma resposta às cassandras que acreditavam que o governo Lula iria quebrar o Brasil ou não honrar seus compromissos.”

A reação dos líderes do PSDB foi ironizada pelo deputado Henrique Fontana (PT-RS): “A decepção do senador Arthur Virgílio (AM) é um misto de cinismo e açodamento, porque o futuro vai mostrar que o governo Lula vai recuperar o valor do mínimo, coisa que o governo dele não fez em oito anos”.

Dificuldades

O deputado Professor Luizinho (PT-SP) ressaltou que este é um ano particularmente difícil, devido à necessidade de aumentar o superávit primário e às dificuldades orçamentárias. “Mesmo assim conseguimos fazer cair a inflação, diminuímos o risco Brasil e agora estamos preparando as condições para dobrar o salário mínimo”, disse.

Paulo Pimenta (PT-RS) afirmou que seria ilusão pensar que, em 90 dias, o presidente Lula seria capaz de fazer mágica diante da estagnação econômica. “O importante é saber que o seu compromisso de campanha, de dobrar o poder de compra do salário mínimo em quatro anos de governo, será honrado”, afirmou.

Aprovada PEC sobre artigo 192

Da Agência Informes

O governo Lula venceu seu primeiro grande teste na Câmara dos Deputados com a aprovação, no dia 2, da proposta de emenda à Constituição (PEC 53/99) que permite a regulamentação fatiada do sistema financeiro nacional. Foram 442 votos a favor, 13 contra e 17 abstenções. Dos 91 deputados votantes do PT — o presidente da Casa, João Paulo Cunha (SP), só pode votar em caso de empate ou em votação secreta —, 86 votaram a favor e cinco justificaram a ausência.

A emenda, originária do Senado, permite que o sistema financeiro seja regulado por várias leis complementares. Aprovada em primeiro turno, passará por nova votação e, em seguida, será promulgada.

Unidade de ação

O líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), destacou a unidade da bancada e a demonstração de confiança no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. “Confiamos no presidente Lula e na sua capacidade de regulamentar o sistema financeiro, defender os in-

teresses nacionais e a economia popular em sintonia com o programa de governo.” Ele voltou a afirmar que “a bancada do PT não é a do amém”, pois tem personalidade, história e posições claras e firmes.

Em defesa da regulamentação, o vice-líder do governo na Câmara, Professor Luizinho (PT-SP), citou os benefícios decorrentes da medida. “O pequeno e o microprodutor, do campo ou da cidade, não têm microcrédito, não têm cooperativa de crédito, porque essas questões, em geral, não interessam ao sistema financeiro nacional. Agora, o Con-

gresso vai poder orientar as políticas correspondentes.”

Declaração de voto

Mesmo com o voto favorável, vários deputados do PT manifestaram preocupação em relação à autonomia do Banco Central. Além de declaração de voto assinada por 36 deputados e lida em plenário por Iriny Lopes (ES) e Walter Pinheiro (BA), outros subscreveram documento lembrando “que a autonomia do BC deve ser precedida de debate aprofundado”, conforme texto divulgado por Fátima Bezerra (RN).

GOVERNO LULA

Bird empresta US\$ 505 milhões

PRIMEIRA OPERAÇÃO DE UM TOTAL DE US\$ 10 BI É UMA DEMONSTRAÇÃO DE APOIO DA INSTITUIÇÃO AO GOVERNO LULA

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e o presidente do Banco Mundial (Bird), James Wolfensohn, assinaram no último dia 29 o primeiro empréstimo da instituição internacional ao Brasil no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no valor de US\$ 505 milhões, em apoio ao programa brasileiro de reformas do setor de desenvolvimento humano. O presidente acompanhou a reunião, realizada na Granja do Torto, em Brasília.

O dinheiro está disponível desde o dia 31 nas contas do Tesouro Nacional, informou a Agência Brasil. Segundo Palocci, o empréstimo terá margem fixa baseada na Libor (juros básicos de referência internacional do Reino Unido, correspondente à Selic, taxa básica de juros brasileira), que está em torno de aproximadamente 1,3%. O empréstimo deverá ser pago em dez anos, incluindo um prazo de carência de 7,5 anos.

Respaldo

O ministro da Fazenda destacou que esse empréstimo é de grande importância, porque está na modalidade destinada a respaldar ações de governo. Além desse tipo de empréstimo, disse, os organismos multilaterais concedem recursos para projetos específicos.

Segundo Palocci, o Banco Mundial deverá oferecer empréstimos no valor de US\$ 4 bilhões até o final do governo Lula, sendo US\$ 1 bilhão a cada ano, além de outros US\$ 6 bilhões destinados a projetos específicos. Para o ministro, este cronograma indica o reconhecimento, por parte do setor financeiro internacional, do acerto das políticas adotadas pelo governo na área econômica.

O Banco Mundial trabalha com o Brasil desde de 1949 — o organismo foi fundado em 1944, como parte dos trabalhos de reorganização mundial após a Segunda Guerra — e já financiou mais de US\$ 32 bilhões para projetos no país. A atual carteira de investimentos do Banco Mundial no Brasil inclui 50 projetos, totalizando mais de US\$ 4,5 bilhões em compromissos. O banco já fez mais de 300 empréstimos para promover a redução da pobreza e o desenvolvimento social e econômico do país.

FMI

Com relação a renovação ou não de um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), Palocci afirmou que a decisão será tomada no final deste ano, observando que o contrato atual com o Fundo desenvolve de maneira equilibrada. “Muitas vezes, há uma preocupação em relação aos investimentos diretos estrangeiros, mas se o governo colocar essa questão junto às questões da conta corrente e do balanço de pagamento, vamos verificar que a evolução é significativamente positiva para o Brasil”, salientou.

Palocci afirmou que, desde o final do ano passado, a economia nacional fez um ajuste nas contas externas que

trouxe um déficit no saldo de transações correntes de 4,7% para 1,6%, um ajuste significativo. Ele observou que a expectativa hoje é de que o déficit no final de 2003 seja menor, pois o processo de contas externas e o balanço de pagamentos tem melhorado ao longo do tempo.

“Poucos países do mundo, que enfrentaram choques dessa natureza, conseguiram fazer um ajuste significativo em um espaço tão curto”, enfatizou Palocci. De acordo com o ministro, o empréstimo do Banco Mundial terá reflexos na economia do país, aliado ao conjunto de medidas que estão sendo adotadas. Ele lembrou, no entanto, que as consequências ainda não são mensuráveis.

Além de Lula, Palocci e Wolfensohn, também participaram do encontro os ministros José Dirceu (Casa Civil), Ciro Gomes (Integração Nacional), Cristovam Buarque (Educação), Guido Mantega (Planejamento), Jaques Wagner (Trabalho), Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento), Marina Silva (Meio Ambiente), Ricardo Berzoini (Previdência) e Tarso Genro (Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), além dos presidentes do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Enrique Iglesias, e do diretor do Banco Mundial para o Brasil, Vinod Thomas.



O presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, após a assinatura do empréstimo



O presidente do BID, Enrique Iglesias, discursa durante o encerramento do encontro anual da instituição

BID elogia a política econômica

O presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Enrique Iglesias, elogiou a “sólida política macroeconômica” do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A afirmação foi feita durante encontro anual do BID, que ocorreu entre os dias 19 e 26, em Milão, na Itália.

“Uma das principais mensagens tiradas do encontro de Milão é que os governos [do Brasil e do Equador] estão agindo de forma muito responsável, e que, diante das dificuldades atuais, não estão apelando a tentações populistas, que nos levariam a desvios que poderiam custar muito caro aos nossos países”, afirmou.

O presidente do BID destacou que vários países latino-

americanos estão combinando uma política econômica prudente com esforços para aliviar o impacto social causado por crises recentes.

Melhora mundial

“A principal mensagem desse encontro é que as coisas estão começando a melhorar. Há uma mensagem de otimismo cauteloso sobre o futuro da região, desde que as condições internacionais permitam”, disse. De acordo com estimativas do BID, se as tensões internacionais não piorarem, a América Latina pode crescer 1,5% a 2% neste ano, contra um declínio de 0,5% no ano passado.

Ele ressaltou, no entanto, que os governos e as institui-

ções desses países terão que desenvolver políticas de longo prazo para encontrar soluções efetivas aos problemas sociais, em especial o aumento da pobreza, causado pelo crescimento econômico insuficiente. Ao mesmo tempo, a região terá de se esforçar com ações que estimulem o crescimento econômico.

Previsões brasileiras

Presente à reunião, o brasileiro Guido Mantega, ministro do Planejamento, também apresentou uma avaliação otimista sobre os três primeiros meses do novo governo brasileiro.

Ele citou a tendência de queda da inflação, o restabelecimento das linhas de crédito

internacionais, a redução do risco país e a queda do dólar. “A comunidade internacional está confiante no novo governo”, afirmou. Ele informou ainda que uma das prioridades para 2003 será reduzir as taxas de juros.

Mantega estabeleceu uma série de metas de médio prazo, como o crescimento sustentável baseado no superávit comercial, no crescimento da poupança doméstica e no investimento e reformas estruturais que melhorem a competitividade e políticas de inclusão social e redução das desigualdades na distribuição de renda. “A mais urgente das políticas do governo é melhorar as condições sociais”, disse Mantega.

Wolfensohn: “É preciso paciência”

O presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, disse, após a assinatura do empréstimo, que está impressionado com os primeiros passos do governo federal, com a proposta de mudança do contrato social, de geração de justiça social e com o tratamento dado à pobreza. Segundo a Agência Brasil, ele ressaltou que as mudanças são importantes não só para o Brasil, pois servem de exemplo para o mundo.

Wolfensohn afirmou que o Banco Mundial acredita no Brasil e que por isso não foi estabelecida uma lista de pré-requisitos a ser cumpridos para a liberação do dinheiro. “Nós estamos trabalhando em conjunto. Eu não conheço ninguém que fez o que Brasil está fazendo. Vocês estão interessados em mudar a sociedade, os direitos adquiridos e a pobreza. Por isso, o Brasil tem a oportunidade de dar certo, mas tem que ter paciência. Se der certo, o Brasil pode ser o único país a fazer isso nos últimos anos.”

O presidente do Banco Mundial lembrou que as pessoas querem um país que seja bem administrado, estável e com potencial de crescimento. “É isso que vocês têm agora no Brasil. O país tem uma história que nem sempre mostrou estabilidade e responsabilidade fiscal, mas agora o governo está entrando com uma agenda que leva esses pontos em consideração.”

Esperança

Para Wolfensohn, os mais de 52 milhões de votos obtidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma eleição democrática são um exemplo a ser seguido e dão esperança e oportunidade ao país. Ele afirmou que as discussões de hoje estabelecem a base para cooperação futura entre o Bird e o Brasil.

Sobre a preocupação dos investidores com o risco de investir em países em desenvolvimento, Wolfensohn disse que os bancos buscam lugares que ofereçam riscos menores e que o Brasil está entre eles, já que está distante do Oriente Médio e do fundamentalismo.

“Acredito que haverá uma maior propensão em se trabalhar com o Brasil. À medida que as reformas tributária e previdenciária sejam implementadas, a minha crença é de que saindo da situação mundial maluca que estamos vivendo agora, com a guerra, podemos encontrar vantagens para o Brasil”, afirmou.

Para o ministro Antônio Palocci (Fazenda), em vez de indicarem mudanças na rota definida pelo Brasil, as conversas reforçaram o caminho adotado até agora. “Não só pelos sinais dos indicadores econômicos, mas porque a política ajustada vai garantir que o país atravesse o conflito da melhor maneira possível.”